



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO



MENSAGEM/276

*Recebido em 23/10/2000  
às 16 horas  
M. J. P.*

Rio Grande, 18 de outubro de 2000.

Senhor Presidente,

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa, para Apreciação e Aprovação, o incluso Projeto de Lei nº 040, que "REESTRUTURA O CONSELHO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, REVOGA A LEI 3832/83 E SUAS ALTERAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Sendo o que tínhamos para o momento, colhemos o ensejo para renovar a V. Exa. e Nobres Pares, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

*34*  
**DELAMAR CORRÊA MIRAPALHETA**  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
Ver. DANÚBIO SOARES  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
NESTA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 040, de 18 de outubro de 2000.**

**REESTRUTURA O CONSELHO DE DEFESA DO  
MEIO AMBIENTE, REVOGA A LEI Nº 3.832/83 E  
SUAS ALTERAÇÕES E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**Artigo 1º** – É reestruturado o Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, órgão colegiado, de função deliberativa, normativa e fiscalizadora, instância superior do Sistema Municipal de Política Ambiental, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938/81.

**Parágrafo 1º** – O Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, será integrado por:

1. Cinco representantes do Poder Público Municipal, Estadual e Federal;
2. Três representantes das Organizações não governamentais ligadas diretamente à qualidade de vida do Município;
3. Três representantes da Sociedade Civil Organizada;

**Parágrafo 2º** – Os integrantes do COMDEMA serão indicados pelo período de dois anos, pelos respectivos segmentos que representam, sendo reindicados para o mandato sucessivo.

**Parágrafo 3º** – O COMDEMA reunir-se-á ordinariamente a cada mês, e em caráter extraordinário, quantas vezes forem necessárias, sempre que convocadas por um terço de seus membros.

**Parágrafo 4º** – As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, em sessão pública, mediante voto aberto e fundamentado, registrado em ata redigida por um relator escolhido.

**Parágrafo 5º** – Os membros do Conselho não perceberão qualquer vantagem remuneratória pelo exercício de suas funções, que considerar-se-ão como serviço de relevante interesse público ambiental;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

2

**Parágrafo 6º** – O Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA será assistido em suas funções administrativas por uma secretária(o) colocada à disposição pelo Executivo Municipal.

**Artigo 2º** – Compete exclusivamente ao COMDEMA, sem prejuízos de outras ações necessárias ao controle e proteção a qualidade ambiental do Município:

I – Deliberar as diretrizes da Política Ambiental a ser executada pelo Poder Público Municipal, criando, quando necessário os instrumentos para a consecução do seu objetivo;

II – Gerenciar os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente, do qual trata o Art. 202 da Lei Orgânica Municipal;

III – Aprovar projetos de entidades públicas ou privadas, objetivando a preservação ou recuperação de ambientes afetados por processos predatórios ou poluidores, conforme legislação vigente;

IV – Decidir, em última instância administrativa em grau de recurso, mediante prévio depósito, sobre multas e outras penalidades impostas pelo Poder Público Municipal na área ambiental;

V – Homologar acordos visando a transformação de penalidades pecuniárias na obrigação de executar medidas que objetivem a proteção e melhoria da qualidade ambiental;

VI – Determinar ao Poder Público Municipal, no caso de omissão de autoridade competente, a aplicação de penalidades cabíveis à pessoas físicas ou jurídicas que não executem as medidas necessárias a preservação ou recuperação dos inconvenientes ou danos causados ao ambiente;

VII – Suspender os contratos celebrados entre órgãos da administração direta ou indireta do Município e pessoas físicas ou jurídicas causadoras de degradação ambiental.

**Artigo 3º** – Para assegurar a preservação e a melhoria da qualidade de vida do Município, incumbe ao COMDEMA juntamente com o Poder Público Municipal:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

3

I – Estabelecer normas, critérios e padrões de qualidade e preservação ambiental, supletiva e complementar, observados os que forem estabelecidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e o órgão Estadual – CONSEMA;

II – Fiscalizar o Poder Público Municipal na execução da política ambiental;

III – Criar e fiscalizar, juntamente com o Executivo, unidades de conservação, a serem mantidas pelo Poder Público Municipal, de acordo com as determinações do COMDEMA;

IV – Exercer o controle e a fiscalização de critérios, normas e padrões de qualidade ambiental;

V – Promover e incentivar a educação ambiental, bem como o intercâmbio entre entidades ligadas a defesa da qualidade e preservação do ambiente;

VI – Incentivar as atividades que proporcionem a racionalização e preservação dos recursos naturais, de forma a privilegiar o desenvolvimento sustentável;

VII – Zelar, juntamente com a comunidade e o Poder Público, pelas obras e monumentos artísticos, históricos, paisagísticos e naturais, determinando os meios para tais fins;

VIII – Licenciar as atividades potencialmente degradadoras no Município;

IX – Na instalação de novos empreendimentos, nos quais é exigido EIA/RIMA, deverá ser remetido cópia ao COMDEMA, para análise e obtenção do licenciamento municipal;

X – Determinar a investigação e criar comissão municipal a fim de verificar dano ambiental.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

4

**Artigo 4º** – O Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA elaborará relatório de suas atividades.

**Artigo 5º** – O Poder Público Municipal deverá prestar informações relativas a qualidade ambiental, bem como o resultado das análises efetuadas e sua fundamentação, obrigando-se a produzi-las quando inexistentes, sempre que solicitadas por qualquer cidadão.

**Artigo 6º** – A Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Municipal destinarão recursos necessários à implantação e funcionamento do Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

**Artigo 7º** – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Artigo 8º** – Revogam-se as disposições em contrário.

Rio Grande, 18 de outubro de 2000.

34  
**DELAMAR CORRÊA MIRAPALHETA**  
Prefeito Municipal





**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Câmara Municipal do Rio Grande**

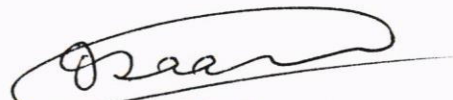
Of. n.º 1.520/2000  
Processo n.º 75.878

Rio Grande, 28 de novembro de 2000.

**Senhor Prefeito,**

Apraz-nos cumprimentá-lo, oportunidade que, encaminhamos a Vossa Excelência, Projeto de Lei em anexo, aprovado em sessão realizada no dia de hoje, para sua devida apreciação.

Na oportunidade, renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

  
**Ver. Danúbio Soares**  
**Presidente**

**ANEXO: “Reestrutura a Conselho de Defesa do Meio Ambiente, revoga a Lei nº 3.832/83 e suas alterações e dá outras providências.”**

**Exmo. Sr.**  
**Delamar Corrêa Mirapalheta**  
**Prefeito Municipal**  
**Nesta**

Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas!



Estado do Rio Grande do Sul

# Câmara Municipal do Rio Grande

## PROJETO DE LEI

**“REESTRUTURA O CONSELHO  
DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE,  
REVOGA A LEI Nº 3.832/83 E SUAS  
ALTERAÇÕES E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.”**

**Artigo 1º-** É reestruturado o Conselho de Defesa do Meio Ambiente- COMDEMA, órgão colegiado, de função deliberativa, normativa e fiscalizadora, instância superior do Sistema Municipal de Política Ambiental, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938/81.

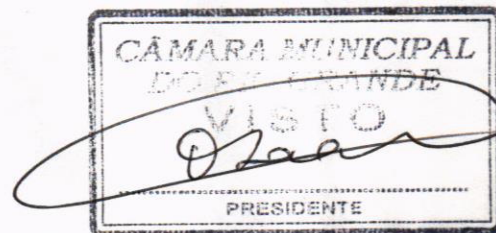
§ 1º- O Conselho de Defesa do Meio Ambiente- COMDEMA, será integrado por:

1. Cinco representantes do Poder Público Municipal, Estadual e Federal;
2. Três representantes das Organizações não governamentais ligadas diretamente à qualidade de vida do Município;
3. Três representantes da Sociedade Civil Organizada;

§ 2º- Os integrantes do COMDEMA serão indicados pelo período de dois anos, pelos respectivos segmentos que representam, sendo reindicados para o mandato sucessivo.

§ 3º- O COMDEMA reunir-se-á ordinariamente a cada mês, e em caráter extraordinário, quantas vezes forem necessárias, sempre que convocadas por um terço de seus membros.

§ 4º- As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, em sessão pública mediante voto aberto e fundamentado, registrado em ata redigida por um relator escolhido.



**Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!**





Estado do Rio Grande do Sul

# Câmara Municipal do Rio Grande

§ 5º- Os membros do Conselho não perceberão qualquer vantagem remuneratória pelo exercício de suas funções, que considerar-se-ão como serviço de relevante interesse público ambiental;

§ 6º- O Conselho de Defesa do Meio Ambiente- CONDEMA será assistido em suas funções administrativas por uma secretária(o) colocada à disposição pelo Executivo Municipal

**Artigo 2º-** Compete exclusivamente ao COMDEMA, sem prejuízos de outras ações necessárias ao controle e proteção a qualidade ambiental do Município:

I – Deliberar as diretrizes da POLÍTICA Ambiental a ser executada pelo Poder Público Municipal, criando, quando necessário os instrumentos para a consecução do seu objetivo;

II- Gerenciar os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente, do qual trata o Art. 202 da Lei Orgânica Municipal:

III- Aprovar projetos de entidades públicas ou privadas, objetivando a preservação ou recuperação de ambientes afetados por processos predatórios ou poluidores, conforme legislação vigente;

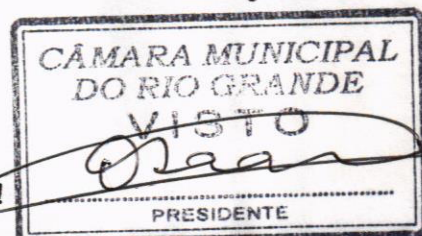
IV – Decidir, em última instância administrativa em grau de recurso, mediante prévio depósito, sobre multas e outras penalidades impostas pelo Poder Público Municipal na área ambiental

V – Homologar acordos visando a transformação de penalidades pecuniárias na obrigação de executar medidas que objetivem a proteção e melhoria da qualidade ambiental;

VI – Determinar ao Poder Público Municipal, no caso de omissão de autoridade competente, a aplicação de penalidades cabíveis à pessoas físicas ou jurídicas que não executem as medidas necessárias a preservação ou recuperação dos inconvenientes ou danos causados ao ambiente;

VII- Suspender os contratos celebrados entre órgãos da administração direta ou indireta do Município e pessoas físicas ou jurídicas causadoras de degradação ambiental;

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!







Estado do Rio Grande do Sul

# Câmara Municipal do Rio Grande

**Artigo 3º** - Para assegurar a preservação e a melhoria da qualidade de vida do Município, incumbe ao COMDEMA juntamente com o Poder Público Municipal:

I- Estabelecer normas, critérios e padrões de qualidade e preservação ambiental, supletiva e complementar, observados os que forem estabelecidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente –CONAMA e o órgão Estadual – CONSEMA;

II- Fiscalizar o Poder Público Municipal na execução da política ambiental;

III- Criar e fiscalizar, juntamente com o Executivo, unidades de conservação, a serem mantidas pelo Poder Público Municipal, de acordo com as determinações do COMDEMA;

IV- Exercer o controle e a fiscalização de critérios, normas e padrões de qualidade ambiental;

V- Promover e incentivar a educação ambiental, bem como o intercâmbio entre entidades ligadas a defesa da qualidade e preservação do ambiente;

VI- Incentivar as atividades que proporcionem a racionalização e preservação dos recursos naturais, de forma a privilegiar o desenvolvimento sustentável;

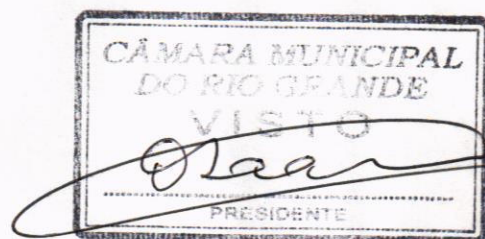
VII- Zelar, juntamente com a comunidade e o Poder Público, pelas obras e monumentos artísticos, históricos, paisagístico e naturais, determinando os meios para tais fins;

VIII- Licenciar as atividades potencialmente degradadoras no Município;

IX- - Na instalação de novos empreendimentos, nos quais é exigido EIA/RIMA, deverá ser remetido cópia ao COMDEMA, para análise e obtenção do licenciamento municipal;

X- - Determinar a investigação e criar comissão municipal a fim de verificar dano ambiental.

**Artigo 4º** - O Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA elaborará relatório de suas atividades



**Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!**



Estado do Rio Grande do Sul

# Câmara Municipal do Rio Grande

**Artigo 5º** - O Poder Público Municipal deverá prestar informações relativas a qualidade ambiental, bem como o resultado das análises efetuadas e sua fundamentação, obrigando-se a produzi-la quando inexistentes, sempre que solicitadas por qualquer cidadão.

**Artigo 6º**- A Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Municipal destinarão recursos necessários à implantação e funcionamento do Conselho de Defesa do Meio Ambiente- CONDEMA.

**Artigo 7º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 8º**- Revogam-se as disposições em contrário.



**Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!**



## VOTAÇÃO NOMINAL

Nº de ordem	NOME DOS VEREADORES	Favorável	Contra	Abstenção
1	DANÚBIO SOARES	—		
2	PEDRO ERNESTO ENDERLE	✓		
3	LUIZ CARLOS ESPERON	✓		
4	SIDNEI SOUZA DE OLIVEIRA	✓		
5	SURAMA SANTOS	✓		
6	ADINELSON TROCA	✓		
7	CIRO CARDOSO LOPES	✓		
8	DANTE LAZZARINI	✓		
9	DACILA SANTOS DE SOUZA	—		
10	JAIR RIZZO FERREIRA	✓		
11	JUAREZ MONTEIRO MOLINARI	—		
12	JULIO CESAR JORGE MARTINS	✓		
13	JURANDY DOS SANTOS	✓		
14	LUIZ ALBERTO MODERNELL	✓		
15	MARIA DE LOURDES LOUSE	—		
16	ONEDIR DIAS LILJA	✓		
17	PAULO ROBERTO MACHADO DOS SANTOS	✓		
18	PEDRO RODRIGUES MACHADO	—		
19	RAMONA PEREIRA	—		
20	SÉRGIO SATT	✓		
21	WILSON BATISTA DUARTE DA SILVA	✓		
	RESULTADO: <i>aprovado</i>	15		

DATA:

27.11.2000

SECRETÁRIO

**LEI Nº 5.463, de 29 de novembro de 2000.**

**REESTRUTURA O CONSELHO DE DEFESA DO  
MEIO AMBIENTE, REVOGA A LEI Nº 3.832/83 E  
SUAS ALTERAÇÕES E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu Artigo 51, Inciso III,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.


**Artigo 1º** – É reestruturado o Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, órgão colegiado, de função deliberativa, normativa e fiscalizadora, instância superior do Sistema Municipal de Política Ambiental, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938/81.

**Parágrafo 1º** – O Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, será integrado por:

1. Cinco representantes do Poder Público Municipal, Estadual e Federal;
2. Três representantes das Organizações não governamentais ligadas diretamente à qualidade de vida do Município;
3. Três representantes da Sociedade Civil Organizada;

**Parágrafo 2º** – Os integrantes do COMDEMA serão indicados pelo período de dois anos, pelos respectivos segmentos que representam, sendo reindicados para o mandato sucessivo.

**Parágrafo 3º** – O COMDEMA reunir-se-á ordinariamente a cada mês, e em caráter extraordinário, quantas vezes forem necessárias, sempre que convocadas por um terço de seus membros.





**Parágrafo 4º** – As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, em sessão pública, mediante voto aberto e fundamentado, registrado em ata redigida por um relator escolhido.

**Parágrafo 5º** – Os membros do Conselho não perceberão qualquer vantagem remuneratória pelo exercício de suas funções, que considerar-se-ão como serviço de relevante interesse público ambiental;

**Parágrafo 6º** – O Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA será assistido em suas funções administrativas por uma secretária(o) colocada à disposição pelo Executivo Municipal.

**Artigo 2º** – Compete exclusivamente ao COMDEMA, sem prejuízos de outras ações necessárias ao controle e proteção a qualidade ambiental do Município:

I – Deliberar as diretrizes da Política Ambiental a ser executada pelo Poder Público Municipal, criando, quando necessário os instrumentos para a consecução do seu objetivo;

II – Gerenciar os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente, do qual trata o Art. 202 da Lei Orgânica Municipal;

III – Aprovar projetos de entidades públicas ou privadas, objetivando a preservação ou recuperação de ambientes afetados por processos predatórios ou poluidores, conforme legislação vigente;

IV – Decidir, em última instância administrativa em grau de recurso, mediante prévio depósito, sobre multas e outras penalidades impostas pelo Poder Público Municipal na área ambiental;

V – Homologar acordos visando a transformação de penalidades pecuniárias na obrigação de executar medidas que objetivem a proteção e melhoria da qualidade ambiental;

VI – Determinar ao Poder Público Municipal, no caso de omissão de autoridade competente, a aplicação de penalidades cabíveis à pessoas físicas ou jurídicas que não executem as medidas necessárias a preservação ou recuperação dos inconvenientes ou danos causados ao ambiente;



VII – Suspender os contratos celebrados entre órgãos da administração direta ou indireta do Município e pessoas físicas ou jurídicas causadoras de degradação ambiental.

**Artigo 3º** – Para assegurar a preservação e a melhoria da qualidade de vida do Município, incumbe ao COMDEMA juntamente com o Poder Público Municipal:

I – Estabelecer normas, critérios e padrões de qualidade e preservação ambiental, supletiva e complementar, observados os que forem estabelecidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e o órgão Estadual – CONSEMA;

II – Fiscalizar o Poder Público Municipal na execução da política ambiental;

III – Criar e fiscalizar, juntamente com o Executivo, unidades de conservação, a serem mantidas pelo Poder Público Municipal, de acordo com as determinações do COMDEMA;

IV – Exercer o controle e a fiscalização de critérios, normas e padrões de qualidade ambiental;

V – Promover e incentivar a educação ambiental, bem como o intercâmbio entre entidades ligadas a defesa da qualidade e preservação do ambiente;

VI – Incentivar as atividades que proporcionem a racionalização e preservação dos recursos naturais, de forma a privilegiar o desenvolvimento sustentável;

VII – Zelar, juntamente com a comunidade e o Poder Público, pelas obras e monumentos artísticos, históricos, paisagísticos e naturais, determinando os meios para tais fins;

VIII – Licenciar as atividades potencialmente degradadoras no Município;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

4

IX – Na instalação de novos empreendimentos, nos quais é exigido EIA/RIMA, deverá ser remetido cópia ao COMDEMA, para análise e obtenção do licenciamento municipal;

X – Determinar a investigação e criar comissão municipal a fim de verificar dano ambiental.

**Artigo 4º** – O Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA elaborará relatório de suas atividades.

**Artigo 5º** – O Poder Público Municipal deverá prestar informações relativas a qualidade ambiental, bem como o resultado das análises efetuadas e sua fundamentação, obrigando-se a produzi-las quando inexistentes, sempre que solicitadas por qualquer cidadão.

**Artigo 6º** – A Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Municipal destinarão recursos necessários à implantação e funcionamento do Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

**Artigo 7º** – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Artigo 8º** – Revogam-se as disposições em contrário.

Rio Grande, 29 de novembro de 2000.

31  
**DELAMAR CORRÊA MIRAPALHETA**  
Prefeito Municipal

cc: SMF/SMCP/UPE/SMAPMA/PJ/CM/Publicação